MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Portaria n.º 1214/2007****de 20 de Setembro**

No âmbito dos projectos do Ministério da Justiça, com o escopo de melhorar a capacidade de resposta do sistema judicial, nomeadamente no que concerne aos Tribunais Administrativos e Fiscais, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 182/2007, de 9 de Maio, o programa de acção para a modernização da justiça tributária (PAMJT), que determinou, através do n.º 1 do artigo 2.º, a fusão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loures e do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa de forma a racionalizar a capacidade de resposta já existente no sistema.

O mesmo diploma determinou, através do n.º 1 do artigo 2.º, que a fusão produziria efeitos em data fixada por portaria do Ministro da Justiça, na qual se procederia igualmente à desagregação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e no Tribunal Tributário de Lisboa.

Importa, pois, concretizar a medida constante do referido diploma legal, o que consubstancia o objecto da presente portaria.

Assim:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 182/2007, de 9 de Maio, manda o Governo, pelo Ministro da Justiça, o seguinte:

Artigo 1.º**Fusão**

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Loures é fundido com o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com efeitos a 1 de Outubro de 2007.

Artigo 2.º**Desagregação**

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, resultante da fusão referida no artigo anterior, é desagregado no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e no Tribunal Tributário de Lisboa, com efeitos a 1 de Outubro de 2007.

Artigo 3.º**Funcionários**

1 — Os funcionários do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa e do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loures transitam automaticamente, à data da fusão, para o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e para o Tribunal Tributário de Lisboa, respectivamente.

2 — Mantêm-se as situações de exercício de funções além do quadro vigentes em 1 de Outubro de 2007.

Artigo 4.º**Quadros de pessoal**

Os quadros de pessoal do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa e do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loures passam a constituir, respectivamente, os quadros de pessoal do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e do Tribunal Tributário de Lisboa.

Pelo Ministro da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*, Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, em 7 de Setembro de 2007.

Portaria n.º 1215/2007**de 20 de Setembro**

Ao abrigo da autorização legislativa concedida pelo artigo 102.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, o Governo aprovou o Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19 de Janeiro, que define um novo regime jurídico de avaliação, utilização, alienação e indemnização de bens apreendidos pelos órgãos de polícia criminal, no âmbito de processos crime e contra-ordenacionais, que sejam susceptíveis de vir a ser declarados perdidos a favor do Estado.

Do referido decreto-lei ficou expressa a necessidade de criar um regime que preserve devidamente os bens apreendidos e, simultaneamente, garanta a todos os órgãos de polícia criminal a possibilidade de lhes dar uma utilização operacional, afectando-os de forma célere, proporcionada e justa.

De forma a assegurar a célere afectação dos bens apreendidos susceptíveis de serem declarados perdidos a favor do Estado, o n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19 de Janeiro, determina que a regulamentação dos aspectos relativos à nomeação de peritos com capacidade para avaliação do bem apreendido seja realizada através de portaria do Ministro da Justiça.

A presente portaria vem, assim, estabelecer os termos em que devem ser realizadas as avaliações dos bens apreendidos pelos órgãos de polícia criminal no âmbito de processos crime e contraordenacionais, os responsáveis pelas mesmas, os procedimentos que deverão ser adoptados no caso de avaliação complexa ou de valor elevado.

Tratam-se de medidas clarificadoras que permitirão, de forma mais rápida, aos órgãos de polícia criminal a utilização provisória dos bens apreendidos através de declaração de utilidade operacional quando estes tenham interesse criminal, histórico, documental ou museológico ou, ainda, quando estejam em causa armas, munições, veículos, aeronaves, embarcações, equipamentos de telecomunicações e de informática ou, nomeadamente, outros bens fungíveis com interesse para o exercício das respectivas competências legais.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19 de Janeiro, manda o Governo, pelo Ministro da Justiça, o seguinte:

Artigo 1.º**Objecto**

A presente portaria estabelece os termos em que deve ser efectuada a nomeação de peritos de bens apreendidos pelos órgãos de polícia criminal no âmbito de processos crime e contra-ordenacionais, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19 de Janeiro, definindo ainda o respectivo estatuto e procedimentos.

Artigo 2.º**Requisitos de nomeação**

Os peritos são escolhidos de entre indivíduos constantes de lista, com vínculo à Administração Pública, de reconhecida honorabilidade e experiência, detentores dos conhecimentos necessários sobre a natureza e as características dos bens a avaliar.

Artigo 3.º**Listas de peritos**

1 — As funções de perito prevista no presente diploma só podem ser exercidas por peritos integrados nas listas oficiais a que se refere o número seguinte.